



Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Cabo Frio

INDICAÇÃO N.º 130/93.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cabo Frio.

A P R O V A D O		
1ª		discussão
Em	27	04 / 93
Marcos da Rocha Mendes		
Presidente		
PRESIDENTE		

CONSIDERANDO, que cabe ao Vereador como representante do povo, solicitar às autoridades constituídas a realização de obras em benefício da comunidade;

CONSIDERANDO, que o Bairro da Passagem ainda conserva a magia de Cabo Frio dos primórdios do século, seja pelo acervo de construções, destacando-se a Igreja de São Benedito, como também, por concentrar, ainda, família de longa tradição no desenvolvivimento de Cabo Frio;

CONSIDERANDO, que existe no Bairro Passagem uma área que margea o Canal de Itajuru - Lagoa de Araruama - com início no término da Avenida Assunção e finalizando na Rua Constantino Menelau;

CONSIDERANDO, que a referida área é de difícil acesso pelo fato de não ter tráfego adequado para o povo;

CONSIDERANDO, que alguns moradores obtêm fundos de suas residências para esta área e que já possui seus terrenos murados e pretendem com isto a privatização;

CONSIDERANDO, que a Prefeitura Municipal de Cabo Frio, por parte da Administração anterior, deu início a um cais para futura construção de um calçadão;

CONSIDERANDO, que esta obra encontra-se embargada pela Medida Cautelar na 19ª Vara da Seção Judiciária do Rio de Janeiro por Lineu Eduardo de Paula Machado e sua esposa Sandra de Paula Machado e Candido Guinle Machado e esposa, que impediu a construção do referido cais;

segue...



Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Cabo Frio

INDICAÇÃO N.º 130/93.

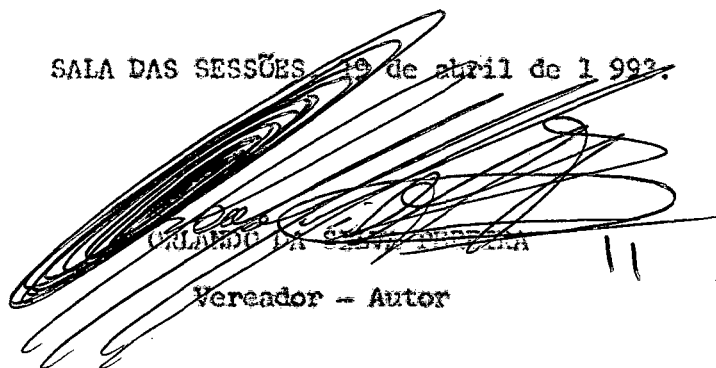
continuação...

CONSIDERANDO, que a Prefeitura recorreu dentro do prazo que determina a Lei, com o processo nº 890010361-0, também protocolada na 19ª Vara da Seção Judiciária do Rio de Janeiro por parte do Procurador Geral na época, Dr. Elson José Apecuitá;

CONSIDERANDO, que existe por parte da população do Bairro e também do povo cabofriense, o anseio de ter o direito de adquirir, com a intervenção do Poder Público, uma área de lazer em condições mais aprazíveis;

CONSIDERANDO, finalmente, ser competência do Poder Executivo, manifestar-se ao interesse do município pela referida área
I N D I C O à Douta Mesa, na forma regimental, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, solicitando que, junto a Procuradoria Geral da atual Administração, viabilize mecanismos para a construção da referida obra, ainda interditada.

SALA DAS SESSÕES, 19 de abril de 1993.


VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL
Vereador - Autor